

Artigo de Investigação

As eleições presidenciais de 1958 em Portugal - a cobertura da campanha pelos jornais *República*, *Diário de Lisboa* e *Novidades*

The 1958 presidential elections in Portugal - the coverage of the campaign by the newspapers *República*, *Diário de Lisboa* and *Novidades*

Sérgio Luís Campos Mocito: Instituto Politécnico de Portalegre, Portugal.
scampos@ipportalegre.pt

Data de receção: 24/11/2024

Data de aceitação: 26/12/2024

Data de publicação: 01/01/2025

Como citar o artigo

Campos Mocito, S. L. (2025). As eleições presidenciais de 1958 em Portugal - a cobertura da campanha pelos jornais *República*, *Diário de Lisboa* e *Novidades* [The 1958 presidential elections in Portugal - the coverage of the campaign by the newspapers *República*, *Diário de Lisboa* and *Novidades*]. *European Public & Social Innovation Review*, 10, 01-20.
<https://doi.org/10.31637/epsir-2025-1175>

Resumo

Introdução: As eleições presidenciais de 1958 ocuparam uma posição de destaque no cenário político português, motivadas pela firme decisão de Humberto Delgado de continuar na disputa eleitoral, desafiando assim os padrões estabelecidos nas eleições anteriores. **Metodologia:** Para compreender o papel da imprensa na cobertura dessas eleições, foram analisadas qualitativa e quantitativamente cerca de 83 edições de periódicos, abrangendo o período da campanha eleitoral. Os jornais *República* e *Diário de Lisboa* representaram a oposição ao *Estado Novo*, enquanto o jornal *Novidades* permaneceu alinhado com o regime. **Resultados:** A análise revelou uma acentuada disparidade no tratamento dos jornais pelos censores, que frequentemente restringiam os textos publicados no *República* e no *Diário de Lisboa*. Apesar disso, esses jornais conseguiram promover a campanha eleitoral em favor da oposição, com o *República* se destacando como o principal veículo de apoio aos opositores. Por outro lado, o *Novidades* foi o mais prolífico na difusão de conteúdos favoráveis ao *Estado*

Novo. Discussão: Observou-se que os oposicionistas, predominantemente intelectuais de alta qualificação acadêmica, criticaram o regime e seu candidato, enquanto a *União Nacional* respondeu com comunicados que atacavam a oposição e exaltavam as realizações do *Estado Novo*. **Conclusões:** A imprensa desempenhou um papel crucial na construção das narrativas políticas, com o *República* e o *Diário de Lisboa* promovendo vozes dissonantes e o *Novidades* reforçando a hegemonia discursiva do *Estado Novo*, refletindo as tensões da época.

Palavras-chave: Américo Thomaz; campanha eleitoral; *Diário de Lisboa*; eleições presidenciais; Estado Novo; *República*; Humberto Delgado; *Novidades*.

Abstract

Introduction: The 1958 presidential elections held a prominent place in the Portuguese political context, driven by Humberto Delgado's resolute determination to persist in the electoral race, thereby challenging the precedent set by previous elections. **Methodology:** To understand the role of the press in covering these elections, approximately 83 newspaper editions were qualitatively and quantitatively analyzed, focusing on the campaign period. The newspapers *República* and *Diário de Lisboa* represented opposition to the Estado Novo, while *Novidades* remained aligned with the regime. **Results:** The analysis revealed a marked disparity in the treatment of these newspapers by censors, who frequently cut texts from *República* and *Diário de Lisboa*. Nonetheless, these newspapers managed to promote the electoral campaign in favor of the opposition, with *República* standing out as the primary vehicle supporting the opposition, whereas *Novidades* was the most prolific in disseminating content favorable to the *Estado Novo*. **Discussion:** The opposition, primarily intellectuals with high academic qualifications, criticized the regime and its candidate, while the *National Union* responded with statements that censured the opposition and extolled the achievements of the *Estado Novo*. **Conclusions:** The press played a crucial role in shaping political narratives, with *República* and *Diário de Lisboa* amplifying dissenting voices and *Novidades* reinforcing the *Estado Novo*'s dominant discourse, reflecting the tensions of the era.

Keywords: Américo Thomaz; *Diário de Lisboa*; electoral campaign; Estado Novo; Humberto Delgado; *Novidades*; presidential elections; *República*.

1. Introdução

A nova corrente da inovação de estudos e análises sobre a recente história de Portugal apresenta um olhar atual sobre o alcance do Estado Novo.

A presente investigação propõe-se a explorar de maneira inovadora os eventos históricos ocorridos durante um período de grande relevância para a história contemporânea de Portugal: as eleições presidenciais de 8 de junho de 1958, marcadas pela prevalência de um regime autoritário, o Estado Novo. Tal contexto não foi exclusivo ao território português, sendo observado em diversas nações europeias ao longo do século XX.

Este estudo visa colmatar uma lacuna significativa na historiografia portuguesa ao aprofundar o entendimento do processo eleitoral de 8 de junho de 1958, frequentemente eclipsado por análises centradas na figura biográfica do General Humberto Delgado, candidato presidencial daquele pleito.

Embora exista uma vasta produção acadêmica sobre o Estado Novo, abrangendo livros, artigos científicos e teses de mestrado e doutoramento, observa-se uma notória carência de estudos que abordem detalhadamente o processo eleitoral em questão e, mais significativamente, o papel desempenhado pela imprensa nacional.

Existem algumas obras publicadas que abordam o papel da imprensa no período em estudo. Uma das mais recentes intitula-se “A Verdade da Mentira – As Eleições Presidenciais de 1958”, publicada em 2023 pelo historiador Sérgio Campos. Nesta obra, o autor apresenta de forma detalhada o papel de alguns periódicos de âmbito nacional, as comissões de apoio aos candidatos opositores (Humberto Delgado e Arlindo Vicente) e os resultados eleitorais em todo o território nacional.

Neste alinhamento, a historiadora Ana Ferreira publicou um artigo intitulado “O sistema eleitoral no Estado Novo: o papel do Presidente da República na estabilidade ou na ruptura do regime criado pela Constituição de 1933”, no qual descodifica o papel do Presidente da República à luz da Constituição da República Portuguesa. Contudo, convém salientar que uma coisa são os documentos legais e outra coisa é o funcionamento efetivo do Presidente.

A historiadora Nair Alexandra publicou, em 1998, uma obra contendo uma riquíssima coletânea de documentos censurados durante as eleições presidenciais de 1958, destacando-se os textos censurados total ou parcialmente pela censura em alguns periódicos, como “*O Século*”, “*República*” e “*Diário de Lisboa*”.

De forma bastante esquemática, Mário Matos e Lemos publicou, através da Imprensa da Universidade de Coimbra, uma obra intitulada “Jornais Diários Portugueses do Século XX: Um Dicionário”, em 2020. Nesta obra, o autor apresenta, de forma muito sintética, a história biográfica de alguns periódicos, desde o seu nascimento, evolução, proprietários, localidade, formato, entre outras características.

Outra obra central é o autêntico compêndio de Mário Matos e Lemos, coordenado por Luís Reis Torgal e publicado em 2019, intitulado “Oposição e Eleições no Estado Novo”. Esta obra examina as funções desempenhadas pela oposição em eleições legislativas e presidenciais, recorrendo frequentemente a documentos históricos, desde requerimentos a registos fotográficos das evidências.

Maria Antonieta Cruz organizou uma obra sobre as eleições e sistemas eleitorais em perspetiva histórica e política, na qual diversos historiadores redigiram capítulos relevantes para este estudo, tais como: Maria Antonieta Cruz, Manuel Loff e Ana Sofia de Matos Ferreira. Esta última dedica um capítulo às eleições presidenciais de 1958 na localidade do Porto.

Através de uma análise comparativa histórica, a obra “Eleições e sistemas eleitorais no século XX português”, coordenada cientificamente por André Freire e pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, em 2009, reúne diversos historiadores que redigiram vários capítulos, destacando-se os capítulos seis e sete, assinados por Manuel Loff e António Costa Pinto.

De cariz essencialmente biográfico, algumas obras abordam as eleições presidenciais de 1958, como é o caso da obra *As Eleições de 58*, coordenada por Iva Delgado, Carlos Pacheco e Telmo Faria, publicada em 1998. Iva Delgado (1991 e 2015), Adrião Cunha (2014 e 2018), entre muitos outros, também dedicaram muitas páginas ao candidato Humberto Delgado. Paralelamente a estas publicações, destacam-se ainda obras de caráter geral, como *História de Portugal*, coordenada por José Mattoso, e *História de Portugal*, dirigida por João Medina.

Este artigo pretende inovar nas leituras e abrir novos horizontes ao investigar o comportamento e o posicionamento de alguns periódicos de âmbito nacional, examinando como esses veículos de comunicação se posicionaram face ao regime autoritário, quer através do apoio incondicional, quer pela oposição vigorosa.

Assim, ao mergulhar nesta análise, espera-se proporcionar uma compreensão mais ampla e matizada sobre a influência de alguns meios de comunicação durante um dos períodos mais controversos da história política portuguesa, oferecendo uma perspetiva que transcende a mera biografia do General Delgado e ilumina as complexas dinâmicas entre a imprensa e o poder político do Estado Novo.

No que respeita aos objetivos, optou-se por analisar alguns jornais de âmbito nacional de grande referência na época, nomeadamente o *República*, o *Diário de Lisboa* e o *Novidades*. Este critério de seleção permite estabelecer uma analogia entre os jornais de apoio à oposição, como o *República* e o *Diário de Lisboa*, e um jornal em perfeito conluio com o Estado Novo, o *Novidades*.

Neste contexto investigativo, delinearam-se objetivos concretizáveis em consonância com as fontes arquivísticas e os estudos analisados para o efeito. Deste modo, assumiram-se os seguintes objetivos centrais: aferir a orientação ideológica dos jornais *Novidades*, *República* e *Diário de Lisboa*; analisar o papel desempenhado pelos defensores dos candidatos oposicionistas mediante a redação de editoriais, artigos de opinião e entrevistas; examinar o papel desempenhado pelos defensores do Estado Novo através da redação de comunicados oficiais, entrevistas e artigos elogiosos.

Adicionalmente, pretende-se quantificar o grau de envolvimento dos mencionados periódicos através das suas publicações, mensurando a frequência e a intensidade dos textos de apoio ou oposição aos candidatos.

Esta abordagem permite uma compreensão profunda e erudita do contexto político e mediático da época, destacando as dinâmicas de apoio e oposição expressas nos jornais nacionais em estudo.

2. Os candidatos às eleições presidenciais no ano de 1958

Um dos nomes mais sonantes foi o do General Humberto da Silva Delgado. Nascido a 15 de maio de 1906 na localidade de Torres Novas, é uma figura ímpar e incontornável da história contemporânea de Portugal (Rosa, 2015). Filho de um modesto lavrador, Delgado revelou desde tenra idade uma vocação indomável para o serviço militar e para a defesa da pátria (Delgado, 1991). Ingressou na Escola do Exército em 1922, onde se destacou pelo seu brilhantismo académico e pelo seu fervor patriótico (Delgado, 2015).

A sua carreira militar foi pautada por uma ascensão fulgurante, marcada por uma dedicação intransigente aos valores nacionais e por um profundo sentido de dever. Em 1928, concluiu o curso de Aeronáutica Militar, tornando-se rapidamente uma figura proeminente na aviação portuguesa. A sua competência e o seu espírito inovador valeram-lhe a nomeação para diversos cargos de elevada responsabilidade, incluindo a chefia da aviação militar durante a Segunda Guerra Mundial.

Todavia, é na década de 1950 que Humberto Delgado emerge como uma figura central na oposição ao regime autoritário do Estado Novo. Em 1958, aceitou o desafio de se candidatar à presidência da República, enfrentando o regime de Salazar com uma coragem e determinação que lhe granjearam o epíteto de “General sem Medo” (Delgado, 2015), o furacão (Alves, 1998). A sua célebre declaração “Obviamente, demito-o!” (Múrias, s.d.), proferida em resposta a uma pergunta sobre o destino de Salazar caso fosse eleito, tornou-se um marco na história da resistência ao regime ditatorial.

A campanha eleitoral de Delgado foi um verdadeiro fenómeno de mobilização popular (Delgado, 1998; Cunha, 2014), inspirando milhares de portugueses a desafiar o *statu quo*. Contudo, o processo eleitoral foi marcado por graves irregularidades e manipulações, culminando na sua derrota perante o candidato do regime, Américo Thomaz. A repressão subsequente não tardou a manifestar-se, e Humberto Delgado foi obrigado a exilar-se, continuando a sua luta pela democracia a partir do estrangeiro.

Infelizmente, o destino do General Humberto Delgado foi trágico (Robledo & Novais, 1974). Em fevereiro de 1965, foi atraído para uma armadilha pela PIDE, a polícia secreta do regime, e assassinado na fronteira espanhola, perto de Badajoz. A sua morte foi um duro golpe para o movimento oposicionista, mas o seu legado de coragem e luta pela liberdade perdura até aos dias de hoje.

O General Humberto Delgado é lembrado como um herói nacional, um símbolo da resistência contra a tirania e um defensor inabalável dos ideais democráticos. A sua vida (Dimas, 1997) e a sua morte constituem um testemunho eloquente da sua dedicação à causa da liberdade e da justiça em Portugal.

O Almirante Américo de Deus Rodrigues Thomaz, nascido a 19 de novembro de 1894 em Santa Catarina da Fonte do Bispo, Tavira, é uma figura de destaque na história política e militar de Portugal. Filho de um pequeno comerciante, desde cedo demonstrou aptidão para as ciências náuticas e uma vocação para o serviço à pátria. Ingressou na Escola Naval em 1911, onde iniciou uma carreira naval que viria a ser marcada por um percurso ascendente, cuja obediência a António Oliveira Salazar foi nota dominante em toda a sua carreira.

Ao longo da sua carreira na Marinha Portuguesa, Américo Thomaz exerceu diversos cargos de relevo. Durante a Primeira Guerra Mundial, participou em operações de patrulhamento e escolta no Atlântico, desempenhando com rigor as suas funções. Posteriormente, serviu em várias comissões no estrangeiro, incluindo a sua nomeação como adido naval em Londres, onde aprofundou os seus conhecimentos e contatos internacionais.

A sua carreira militar foi coroada com a nomeação para Ministro da Marinha em 1944, cargo que ocupou até 1958. Durante este período, Thomaz implementou significativas reformas na Marinha Portuguesa, modernizando a frota e promovendo a construção naval.

Em 1958, Américo Thomaz foi escolhido como candidato presidencial pelo regime do Estado Novo, sucedendo a Craveiro Lopes. A sua eleição, embora envolta em controvérsia devido às alegações de fraude eleitoral, consolidou a sua posição como um dos pilares do regime salazarista. Durante o seu mandato presidencial, que se prolongou até à Revolução dos Cravos em 1974, Thomaz assumiu um papel preponderantemente cerimonial, sendo uma figura de continuidade e estabilidade para o regime.

A presidência de Américo Thomaz foi caracterizada pela sua lealdade incondicional a António de Oliveira Salazar (Raimundo, 2017) e, posteriormente, a Marcello Caetano. Apesar das crescentes pressões internas e externas para a liberalização política, Thomaz manteve uma postura conservadora, resistindo às reformas e defendendo a manutenção do status quo. A sua presidência assistiu ao declínio do Estado Novo, culminando no seu derrube pela Revolução dos Cravos, que pôs fim a quase meio século de regime autoritário em Portugal.

Após a revolução, Thomaz retirou-se da vida pública, vivendo os seus últimos anos longe dos holofotes políticos. Faleceu a 18 de setembro de 1987, na cidade de Cascais, deixando um legado complexo e controverso. A sua figura é, ainda hoje, objeto de estudo e debate, simbolizando uma era de estabilidade institucional, mas também de repressão e estagnação política.

O Almirante Américo Thomaz permanece na memória coletiva como um protagonista central do século XX português, um homem cuja vida e carreira refletem as tensões e contradições de um período crucial da história de Portugal.

Arlindo Vicente, nascido a 15 de maio de 1906 em Alcobaça, é uma figura relevante na história política e cultural de Portugal, especialmente conhecida pelo seu papel como candidato presidencial nas eleições de 1958. Filho de uma família modesta, destacou-se desde jovem pela sua inteligência e pelo seu interesse pelas artes e pela justiça social. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra, onde desenvolveu um pensamento crítico e humanista que viria a moldar a sua trajetória pessoal e profissional.

Advogado de profissão, Arlindo Vicente exerceu a sua atividade com grande dedicação, defendendo causas sociais e os direitos dos mais desfavorecidos. A sua eloquência e integridade granjearam-lhe o respeito e a admiração dos seus pares, bem como das comunidades onde atuava. Além da advocacia, Vicente tinha uma paixão profunda pelas artes plásticas, sendo também um pintor talentoso e um fervoroso defensor da cultura como meio de transformação social (Vicente, 1995).

A sua entrada na arena política deu-se num contexto de crescente oposição ao regime autoritário do Estado Novo (Santos, 2006). Em 1958, aceitou candidatar-se à presidência da República, representando uma coligação de forças democráticas que buscavam uma alternativa ao domínio de António de Oliveira Salazar (Santos, 2009). A candidatura de Arlindo Vicente foi marcada por um discurso veemente em prol da liberdade, da justiça e dos direitos humanos, atraindo o apoio de intelectuais, artistas e trabalhadores.

Contudo, num gesto de grande unidade frente ao regime, Arlindo Vicente decidiu retirar a sua candidatura em favor de Humberto Delgado, cuja campanha estava a galvanizar a oposição ao Estado Novo. Este ato de abnegação demonstrou o seu compromisso inabalável com a causa democrática e a sua capacidade de colocar o interesse coletivo acima das ambições pessoais.

Embora não tenha chegado a ocupar a presidência, a figura de Arlindo Vicente permanece como um símbolo da luta pela liberdade e pela democracia em Portugal. Após a sua retirada das eleições, continuou a desempenhar um papel ativo na vida pública, através do seu trabalho como advogado e da sua influência no meio cultural. A sua obra artística, marcada por um profundo sentido de humanidade e justiça social, é ainda hoje apreciada e estudada.

3. O papel da imprensa durante o Estado Novo

Durante o período do Estado Novo em Portugal, que se estabeleceu entre 1933 e 1974 sob a liderança de António de Oliveira Salazar, a imprensa desempenhou um papel crucial e multifacetado na consolidação e perpetuação do regime autoritário. A análise deste papel revela uma complexa interação entre a censura, a propaganda e a resistência, que moldou profundamente a paisagem mediática e a opinião pública portuguesa da época.

Desde o início, o Estado Novo implementou um rigoroso sistema de censura prévia, visando controlar o fluxo de informações e suprimir qualquer forma de dissidência. O Serviço de Censura, criado em 1933, atuava como um instrumento fundamental para assegurar que apenas conteúdos alinhados com os ideais do regime fossem publicados. Jornalistas e editores eram frequentemente sujeitos a pressões e sanções, caso desrespeitassem as diretrizes estabelecidas. Esta censura não se limitava aos jornais, abrangendo igualmente livros, teatro, cinema e, posteriormente, a rádio e a televisão.

A imprensa oficialista, por sua vez, funcionava como um veículo de propaganda do regime, difundindo uma narrativa que exaltava os feitos de Salazar e a suposta estabilidade e prosperidade trazidas pelo Estado Novo. Periódicos como o *Novidades*, o *Diário da Manhã*, *A Voz* e o *O Século* eram utilizados para promover a ideologia do regime, glorificando a pátria, a religião e os valores tradicionais, enquanto demonizavam os opositores e as ideologias contrárias, nomeadamente o comunismo e o socialismo.

Paralelamente, existia uma imprensa clandestina e de oposição, que apesar das imensas dificuldades, procurava desafiar a hegemonia do discurso oficial. Publicações como *Avante!* e *República* destacavam-se pela sua coragem e persistência em veicular ideias contrárias ao regime, denunciando injustiças e fomentando o espírito crítico entre a população. Esta imprensa de resistência desempenhou um papel vital na manutenção de uma consciência política alternativa e na preparação do terreno para a eventual queda do regime.

A relação entre a imprensa e o poder político durante o Estado Novo era, portanto, intrinsecamente dialética. De um lado, o regime utilizava os meios de comunicação como instrumentos de controle e manipulação, essencialmente para construir uma realidade favorável à sua perpetuação. Do outro, jornalistas e intelectuais comprometidos com a liberdade e a verdade encontravam formas de resistir e subverter a narrativa dominante, contribuindo para a preservação da memória e da esperança de mudança.

Com o advento da Revolução dos Cravos em 1974, que pôs fim ao Estado Novo, a imprensa portuguesa experimentou uma libertação súbita e profunda. A censura foi abolida, e uma nova era de liberdade de expressão emergiu, refletindo o fervor democrático que se espalhou pelo país. Este período de transição não apenas restaurou a autonomia dos meios de comunicação, mas também incentivou uma reflexão crítica sobre o papel da imprensa na sociedade e a importância de um jornalismo independente como pilar essencial da democracia.

Assim, a história da imprensa durante o Estado Novo é emblemática dos desafios e das complexidades inerentes à prática jornalística sob regimes autoritários. É um testemunho do poder das palavras e das ideias, e da luta incessante pela verdade e pela liberdade num contexto de opressão.

3.1. Os periódicos: *Novidades*, *República* e *Diário de Lisboa*

A análise comparativa dos jornais *Diário de Lisboa*, *República* e *Novidades* durante o período do Estado Novo (1933-1974) revela uma paisagem mediática complexa e multifacetada, marcada por diferentes orientações editoriais e posturas ideológicas que refletem as tensões e dinâmicas da sociedade portuguesa sob um regime autoritário. Estes três periódicos desempenharam papéis distintos, ora de oposição, ora de alinhamento com o regime, contribuindo, cada um a seu modo, para a construção da narrativa política e social do seu tempo.

O *Diário de Lisboa*, fundado em 1921, destacou-se pela sua orientação progressista e pela tentativa de manter um jornalismo independente e crítico, apesar das severas restrições impostas pela censura. Sob a direção de figuras como Rodrigues Cavalheiro, este jornal procurava informar o público de maneira equilibrada, abordando questões de relevância nacional e internacional com uma profundidade analítica que contrastava com a propaganda oficial do Estado Novo. A sua secção cultural, em particular, servia como um espaço de resistência intelectual, proporcionando uma plataforma para escritores e pensadores que questionavam o *status quo*.

Em contraste, o *República*, fundado em 1911, assumiu um papel ainda mais assertivo na oposição ao regime salazarista. Com uma linha editorial firmemente ancorada nos valores republicanos e democráticos, o *República* não hesitava em criticar abertamente as injustiças sociais e a repressão política. Sob a direção de Raul Rego, tornou-se um símbolo de resistência, enfrentando constantes perseguições e represálias por parte das autoridades. Este jornal utilizava uma linguagem muitas vezes metafórica e alusiva para contornar a censura, conseguindo, assim, manter viva a chama da contestação e inspirar a esperança de mudança.

Por outro lado, o *Novidades*, fundado em 1885, ocupava uma posição de alinhamento com os valores conservadores e tradicionais que eram centrais ao Estado Novo. Este jornal católico servia como um veículo de legitimação e difusão dos ideais do regime, promovendo a moralidade, a família tradicional e a ordem social estabelecida. A sua estreita ligação com a Igreja Católica e a sua função de apoio às políticas salazaristas fizeram de *Novidades* um pilar do discurso oficial. Diferentemente dos seus congéneres mais críticos, o *Novidades* raramente enfrentava a censura ou perseguições, beneficiando de uma relação simbiótica com o regime.

A censura prévia, comum a todos os jornais da época, moldava a forma como as notícias e opiniões eram apresentadas ao público. Contudo, a resposta de cada um destes periódicos a esta restrição variava significativamente. O *Diário de Lisboa* e o *República* esforçavam-se por manter um grau de independência e crítica, mesmo sob o risco de sanções. Em contraste, *Novidades* operava dentro dos parâmetros estabelecidos pelo regime, promovendo os valores que sustentavam a hegemonia salazarista.

Em termos de impacto, o *Diário de Lisboa* e o *República* foram fundamentais na formação de uma consciência crítica entre os leitores, fomentando o debate e a resistência contra o autoritarismo. O *República*, em particular, com a retirada estratégica da candidatura de Arlindo Vicente em favor de Humberto Delgado em 1958, demonstrou um compromisso com a causa democrática que transcendeu interesses partidários. O *Novidades*, enquanto isso, contribuía para a manutenção do *status quo*, reforçando a ideologia do regime e a sua visão de uma sociedade ordenada e controlada.

Com a Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974, que pôs fim ao Estado Novo, os três jornais encontraram-se num novo contexto de liberdade de imprensa. O *Diário de Lisboa* e o *República* puderam, finalmente, exercer um jornalismo livre de censura, ampliando o seu alcance e influência num ambiente democrático. O *Novidades*, por sua vez, teve de adaptar-se a uma nova realidade em que a pluralidade de vozes e a contestação aberta ao passado autoritário se tornaram a norma.

Em suma, a comparação entre o *Diário de Lisboa*, o *República* e o *Novidades* durante o Estado Novo evidenciam a diversidade de papéis que a imprensa pode desempenhar sob um regime autoritário. Enquanto os primeiros dois jornais representavam a resistência e a luta pela liberdade, o terceiro ilustrava a cooperação e a legitimação do poder estabelecido. Esta análise não só ilumina as estratégias de sobrevivência e contestação dos meios de comunicação sob censura, mas também sublinha a importância crucial de uma imprensa livre e independente para a saúde de uma sociedade democrática.

3.2. Os apoiantes dos candidatos através da imprensa escrita

Alguns escritores de ensaios opinativos expressam-se mediante referências explícitas aos candidatos, ao passo que outros, por intermédio de uma linguagem velada, desferem críticas ao regime.

Por outro lado, na defesa do Estado Novo, multiplicam-se os comunicados de apoio ao candidato Américo Thomaz, quer emanados diretamente da União Nacional, quer oriundos de alguns membros do governo, nomeadamente ministros. Conforme se verificou em inúmeras ocasiões, publicadas com grande destaque, particularmente no jornal *Novidades*.

Vida Política Portuguesa. Milhares de mensagens desagravam o sr. Presidente do Conselho e afirmam admiração e gratidão pela sua obra.

O movimento geral de desgasto que se formou em todo o país a propósito das declarações feitas pelo Sr. general Humberto Delgado sobre o Sr. Prof. Dr. Oliveira Salazar tomou proporções de grande volume. De Norte a Sul, em milhares de localidades lavra a grande indignação pelas declarações do candidato oposicionista. À sede da União Nacional e à Presidência do Conselho chegaram, durante o dia, milhares de telegramas, cartas e mensagens, algumas assinadas por admiradores do Chefe do Governo manifestando a sua indignação pelas declarações do Sr. general Humberto Delgado ao Sr. Prof. Dr. Oliveira Salazar e a mesmo tempo afirmando a sua admiração pela obra que vem realizando em prol do progresso do país. (*Novidades*, 12 de maio de 1958, p. 1).

Esta publicação surge como resposta às declarações proferidas no Salão de Chá Chave de Ouro, onde o candidato oposicionista Humberto Delgado afirmou que, caso fosse eleito, demitiria o Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar. Por conseguinte, algumas notícias que fazem manchete no *Diário de Lisboa* surgem como respostas da União Nacional ou dos ministros aos candidatos oposicionistas ou a alguns apoiantes que escrevem artigos de opinião no jornal, como sucedeu repetidamente ao oposicionista Cunha Leal.

Assim, registam-se artigos de resposta quer aos candidatos oposicionistas, Humberto Delgado e Arlindo Vicente, quer aos seus apoiantes. O *Diário de Lisboa* deu grande destaque a esses comunicados, publicando manchetes nos dias 10, 12, 13, 15, 19, 22 e 24 de maio e 2 de junho.

Merecem particular atenção as respostas ao apoiante oposicionista, engenheiro Cunha Leal, cuja entrevista ao Rádio Clube Português provocou a necessidade de resposta por parte da União Nacional e de alguns ministros.

Rádio Clube Português transmitiu, na noite de 20 do corrente, uma entrevista com o Sr. eng. Cunha Leal.

Muitos portugueses ouviram a furibunda declaratória de Sua Ex.^a e pode ser que alguns, certamente poucos, se tenham deixado enlevar pelo dramatismo espectacular que o velho político costumadamente põe nas suas tão frequentes intervenções, de viva voz ou simplesmente escritas, quanto às variadas sugestões que para sua meditação oferece o panorama integral da vida portuguesa.

O sr. engenheiro é uma pessoa já de certa idade (...). (*Diário de Lisboa*, 22 de maio de 1958, p. 4).

Como se pode analisar no comunicado de resposta à entrevista no Rádio Clube Português, a União Nacional, através do referido comunicado, desvaloriza as declarações de Cunha Leal, apelidando-o de velho. Um outro comunicado, publicado no dia 12 de maio de 1958 no jornal *Novidades*, foi redigido pelo professor Costa Leite Lumbrals, uma figura proeminente no panorama político português do século XX e fervoroso apoiante do Estado Novo. No comunicado intitulado “Vida Política Portuguesa”, o programa do candidato da União Nacional é apresentado como a continuidade da obra de renovação promovida por Salazar ao longo dos últimos trinta anos. O texto do comunicado retrata a sessão de campanha ocorrida no ginásio do Liceu Camões, onde foi apresentado o candidato da União Nacional, Américo Thomaz.

O espaço encontrava-se esplendidamente engalanado com as bandeiras da Mocidade Portuguesa e da Legião Portuguesa, contando com a presença de diversas personalidades de apoio ao Estado Novo. Conforme relato publicado no jornal, a sessão foi presidida pelo professor Costa Leite Lumbrals, e alguns oradores usaram da palavra: o engenheiro Carlos Lima, Maria Teresa Andrade dos Santos, general Cotta de Moraes, professor dr. Lopes de Almeida e o professor Costa Leite Lumbrals. Nos discursos proferidos, foi predominante a apologia ao Estado Novo, a exaltação do Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, e severas críticas dirigidas ao candidato oposicionista, general Humberto Delgado.

Ao longo da campanha eleitoral, iniciada a 8 de maio de 1958, diversas personalidades redigiram artigos de opinião favoráveis aos candidatos oposicionistas nos periódicos *República* e *Diário de Lisboa*.

Relativamente ao primeiro, os autores dos textos foram as seguintes personalidades: Dr. João Corrêa de Guimarães; Dr. Rolão Preto; Prof. Mário de Azevedo Gomes; Eng. Cunha Leal; D. Maria Isabel Aboim Inglês; S. Encarnação Júnior; Julião Quintinha; Prof. Esmeralda Castro e Silva; Galino Marques; Escritor Antunes da Silva; Dr. José António Saraiva; Dr. Carlos Olavo; Dr. Rodrigo Teixeira Mendes de Abreu; Coronel Hélder Ribeiro; Dr. Vasco da Gama Fernandes; Dr. José Domingues dos Santos; Dr. José Rodrigues; Dr. Sargo Júnior; Dr. Ferreira da Costa; Fausto Denis; Dr. Jaime Cortesão; Dr. António de Sequeira Zilhão; Dr. Acácio Gouveia; Dr. Luís de Almeida Braga; Generoso Rocha; Prof. Dr. Barbosa de Magalhães; Engenheiro Sá Cardoso; Prof. Vieira de Almeida e Manuel Sertório.

Em relação ao segundo periódico, o volume de artigos de opinião é mais reduzido do que no *República*: António Sérgio; Dr. Rolão Preto; Prof. Vieira de Almeida; Dr. Vasco da Gama Fernandes; Comandante Moreira de Campos; Dr. Carlos Olavo; Eng. Cunha Leal; Dr. Luís de Almeida Braga e Dr. José Magalhães Godinho.

Alguns autores não se furtaram a fazer oposição ao Estado Novo nos dois periódicos, como sucedeu com o Dr. Rolão Preto, o Eng. Cunha Leal, o Prof. Vieira de Almeida, o Dr. Vasco da Gama Fernandes, o Dr. Carlos Olavo e o Dr. Luís de Almeida Braga.

Merecem destaque certos textos de opinião que apoiam os candidatos oposicionistas, sobretudo Humberto Delgado, enaltecendo as capacidades do candidato. Neste contexto, o Dr. Rolão Preto distinguiu-se por reiterar, em diversas ocasiões, as virtudes de Humberto Delgado¹.

Alto, aprumado, desenvolto, na sua farda de tenente, assim Humberto Delgado surgia um dia de 1933 na redação do jornal que eu então dirigia. Tempos da esperança... Tempo heroico dos tenentes de Gomes da Costa...

Viera de longe à sua aventura, pelo caminho duro dos destinos à procura dum Portugal maior em justiça. Era a hora em que tudo parecia possível para a fé indomável duma geração desencadeada pelas virtudes militares de ação. (*República*, 15 de maio de 1958, p. 12).

Alguns autores não se coibiram de realçar a compatibilidade das duas candidaturas, como escreveu o Professor Mário de Azevedo Gomes no jornal *República*, publicado a 11 de maio de 1958. Neste texto, o professor esclareceu que as duas candidaturas antigovernamentais não eram incompatíveis; pelo contrário, afirmou que ambas se podiam complementar.

Em sentido inverso, conforme noticiou o jornal *República* a 19 de maio de 1958, através do Dr. José António Saraiva, antigo assistente da Faculdade de Letras, a oposição ao Estado Novo deveria apresentar um único candidato. Ele declarou: “Penso que representando ambas o mesmo anseio de reconquistar direitos de cidadania, elas correspondem a uma única força que deveria ter um único candidato” (p. 12). Referiu ainda que os intelectuais estavam muito descontentes com o estado atual do país, sobretudo pelas restrições que tinham sido alvo ao longo dos últimos trinta anos.

Segundo ele, há uma enorme proximidade entre os dois programas da oposição, chegando a afirmar que não encontrou diferenças substanciais entre os conteúdos dos programas eleitorais de ambas as candidaturas. Apesar das desavenças entre os oposicionistas ao Estado Novo, ou melhor, divisões insolúveis (Medina, 2004), todos partilhavam um objetivo comum: mudar o regime político.

Um dos maiores vultos da poesia em Portugal, José Régio, pseudónimo literário de José Maria dos Reis Pereira, foi uma das figuras mais proeminentes da literatura portuguesa do século XX. Embora fosse essencialmente reconhecido pela sua vasta contribuição literária, teve também uma intervenção política significativa (Ventura, 2003), marcada, sobretudo, pela sua postura crítica e pela defesa intransigente da liberdade e da justiça.

¹ Recorde-se que Humberto Delgado e Arlindo Vicente proclamaram a união das suas candidaturas, o que mereceu enorme destaque na imprensa nacional, conforme noticiado no jornal *República* a 30 de maio de 1958, p. 1.

A sua intervenção política não se manifestou tanto através de uma militância ativa em partidos ou movimentos políticos, mas sim através de uma crítica incisiva e lúcida ao regime ditatorial do Estado Novo, instaurado por António de Oliveira Salazar. Um exemplo disso é o artigo publicado no *Diário de Lisboa* a 11 de junho de 1958, cujo título é bastante elucidativo do seu pensamento: "Os autores estão constrangidos".

Perante uma quantidade de textos de opinião na imprensa em estudo, a participação das mulheres na campanha é bastante exígua, comparativamente com os homens; apesar disso, destacam-se os artigos de duas mulheres: Maria Isabel Aboim Inglês e a professora Esmeralda Castro e Silva.

A primeira foi uma das figuras mais destacadas e corajosas na oposição ao regime do Estado Novo em Portugal. Maria Isabel Aboim Inglês tornou-se numa fervorosa defensora dos ideais democráticos e uma voz firme contra a opressão e a tirania imposta pelo regime autoritário de António de Oliveira Salazar. Desempenhou um papel crucial na luta pelos direitos das mulheres, sendo uma das vozes mais influentes do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP).

Através desta plataforma, batalhou incansavelmente pela igualdade de género, pela educação das mulheres e pela sua participação ativa na vida pública e política do país. Para além da sua atividade política, Aboim Inglês foi uma intelectual de grande envergadura, escrevendo diversos artigos e ensaios onde articulava de forma erudita e perspicaz as suas ideias e propostas para um Portugal mais justo e democrático. A sua capacidade de análise e a clareza da sua argumentação contribuíram significativamente para a formação de uma consciência crítica em torno das questões sociais e políticas do seu tempo.

No dia 13 de maio, foi publicada uma entrevista no *Diário de Lisboa* intitulada: "Pronuncio-me pela unidade dos portugueses e pela candidatura do Sr. Dr. Arlindo Vicente que, a meu ver, melhor a exprime". Neste artigo, Maria Isabel Aboim Inglês é descrita como uma figura excecional pela sua coragem em intervir na vida política numa época de repressão, sendo considerada um exemplo a seguir, cuja participação na Comissão Central do Movimento de Unidade Democrática foi apoiada por muitas mulheres.

Afirmou que se pronunciava pela unidade dos portugueses e, com plena coerência democrática, pela candidatura do Dr. Arlindo Vicente. Referiu ainda que conhece muitas personalidades, amigos, e alguns muito queridos da sociedade portuguesa que apoiam o candidato, tanto em Lisboa como no Porto. No dia seguinte à publicação, Maria Isabel Aboim Inglês, juntamente com outras ilustres personalidades², esteve presente na conferência de imprensa do candidato presidencial Arlindo Vicente (Campos, 2023), que teve lugar na cave da pastelaria S. João, situada na Avenida de Paris em Lisboa.

Relativamente à professora Esmeralda Castro e Silva, ela foi uma destacada opositora ao regime do Estado Novo em Portugal, cuja trajetória de vida e ação política se inscreve na luta incessante pela liberdade e pela justiça social. Professora de profissão, Castro e Silva dedicou-se com fervor à causa democrática, desafiando a repressão e a censura impostas pelo governo autoritário de António de Oliveira Salazar.

² Lília da Fonseca, Teresa Bandeira, Mem Verdial, Costa Mendes, António Alves, Virgílio Godinho, Armindo Rodrigues, Mário Sacramento, Leão Penedo, Manuel Cabanas e Alberto Ferreira.

A sua intervenção política manifestou-se através de uma participação ativa em diversas iniciativas oposicionistas. Esmeralda Castro e Silva envolveu-se em movimentos e organizações clandestinas que lutavam contra a opressão do Estado Novo, colaborando estreitamente com outras figuras de relevo da resistência.

A sua casa frequentemente servia como local de reunião e debate para os conspiradores que sonhavam com um Portugal livre da tirania salazarista. Através de artigos, ensaios e intervenções públicas, Esmeralda Castro e Silva articulou de forma notável e erudita a necessidade de uma mudança profunda no país. Denunciou as injustiças sociais, a falta de liberdades civis e a repressão brutal que marcavam o quotidiano dos portugueses sob o jugo do Estado Novo.

Pelo explanado, a professora redigiu um artigo publicado no jornal *República* a 14 de maio de 1958, intitulado: "Também são portuguesas e das melhores as senhoras que estão em discordância com o Estado Novo". Neste artigo, a autora apresenta-se enquanto mãe, esposa e mulher, lançando um repto a todas as mães, filhas e esposas para que apoiem o candidato Humberto Delgado, no combate às injustiças infligidas ao povo português pela sua luta por uma sociedade democrática. Referiu, ainda, que o Portugal cristão de Salazar se transformara num Portugal anticristão, pois não pode ser considerado católico quem evoca o nome de Deus e atua em contradição com a sua doutrina de perdão e misericórdia.

Outra figura de enorme relevo na época foi o Professor Catedrático Vieira de Almeida³. Destacou-se como uma figura central na oposição ao regime do Estado Novo, em Portugal, e foi um fervoroso apoiante do candidato presidencial Humberto Delgado. Erudito e académico de renome, Vieira de Almeida cultivou uma carreira exemplar na Universidade, onde se distinguiu pelo seu rigor intelectual e pelo compromisso com os valores da liberdade e da justiça. Com uma profunda consciência cívica, envolveu-se ativamente na luta contra a opressão e a censura impostas pelo regime de Salazar.

Apoiante decidido de Humberto Delgado, o "General sem Medo", Vieira de Almeida viu na sua candidatura uma oportunidade para desafiar a hegemonia do Estado Novo e abrir caminho para a democratização de Portugal. Utilizando a sua posição de destaque e a sua capacidade de mobilização, Vieira de Almeida não hesitou em expressar publicamente o seu apoio a Delgado, defendendo a necessidade de uma alternativa política que pudesse pôr fim à repressão e restaurar as liberdades fundamentais.

Nos seus escritos e intervenções públicas, elaborou críticas incisivas e fundamentadas, denunciando atuação do Estado Novo. A título ilustrativo, Vieira de Almeida redigiu um artigo publicado no *Diário de Lisboa* em data muito próxima ao ato eleitoral, a 4 de junho de 1958, intitulado: "O General Humberto Delgado tem por programa a execução de disposições indispensáveis a uma sociedade civilizada actual". Nesta entrevista, expõe as razões fundamentais que o levaram a apoiar o General Humberto Delgado, recorrendo às palavras de António Sérgio numa publicação do mesmo jornal.

³ O Professor Catedrático Vieira de Almeida, que presidiu à Comissão Nacional de Candidatura do General Humberto Delgado, marcou presença em diversas sessões de campanha de grande relevo. Entre estas, destaca-se a ocorrida no Salão de Chá Chave de Ouro, em Lisboa, e a célebre sessão no Coliseu do Porto. Nesta última, apesar de preparada com grande expectativa, Vieira de Almeida foi impedido de discursar pela pressão exercida pela Polícia de Segurança Pública, que invocou razões de segurança devido à elevada afluência de público no local.

Argumenta que Humberto Delgado é um homem leal e de grande combate, como já demonstrou no passado. Avisa que, mais cedo ou mais tarde, haverá uma mudança de regime político em Portugal e, por isso, os portugueses devem estar preparados para tal eventualidade. Questionado sobre o resultado caso as eleições fossem conduzidas segundo as exigências do Directório Democrático-Social, o professor não hesitou em afirmar que Humberto Delgado obteria uma votação impressionante.

Neste entrelaçado de publicações, seja através de artigos de opinião ou entrevistas, envolveu-se na campanha um grupo de oposicionistas ao Estado Novo denominado Directório Democrata-Social. Esta estrutura política emergiu durante o período do Estado Novo com o intuito de promover uma alternativa democrática ao regime salazarista, congregando figuras da oposição que buscavam uma via de ação concertada contra a ditadura vigente.

O Directório Democrato-Social constituía-se como uma entidade política e ideológica que se posicionava contra a hegemonia do Estado Novo, advogando um modelo de governação orientado por princípios democráticos e de justiça social. Formado numa época de repressão e censura, caracterizava-se pela defesa veemente das liberdades civis e pela tentativa de restaurar a prática democrática em Portugal. O movimento configurava-se como uma coligação de diversas correntes políticas, incluindo republicanos, socialistas, democrata-cristãos e liberais, unidos pelo propósito comum de restabelecer a democracia no país.

O Directório agrupava, de uma forma geral, a oposição conservadora, liberal (de que o advogado Acácio Gouveia era uma referência pública), tendo atraído uma boa parte dos aderentes dos pequenos grupos socialistas de direita que tinham tentado organizar-se no pós-guerra (era o caso do Adão e Silva). Mas a sua capacidade polarizadora, neste período, é mais vasta. (Rosas, 1994, p. 518).

Este grupo adotava uma postura crítica e de resistência face à repressão institucionalizada pelo regime de Salazar, procurando mobilizar intelectuais, operários e estudantes para a causa da democracia e da justiça social. A sua atuação não se limitava à contestação do regime, mas incluía também a formulação de propostas para um sistema político alternativo, onde as liberdades fundamentais e os direitos dos cidadãos seriam respeitadas e promovidas. Por conseguinte, alguns membros utilizaram a imprensa para manifestar a sua opinião sobre as eleições presidenciais de 1958, apoiando, desta forma, os candidatos oposicionistas e criticando as políticas adotadas pelos governantes do Estado Novo.

Entre as muitas personalidades que assumiram esta postura, os jornais em análise contemplam textos de alguns membros do Directório, a saber:

1. António Sérgio: Filósofo, ensaísta e pedagogo, Sérgio foi uma das figuras mais influentes do movimento. Defensor da educação como motor de transformação social, Sérgio contribuiu com uma visão crítica do Estado Novo e apresentou propostas concretas para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.
2. Jaime Cortesão: Historiador, médico e escritor, Cortesão foi um fervoroso opositor do regime e um defensor incansável dos ideais republicanos e democráticos. A sua obra e atuação política foram fundamentais para o desenvolvimento das ideias defendidas pelo Directório.
3. Mário de Azevedo Gomes: Médico e político, envolvido na oposição ao Estado Novo e defensor dos direitos humanos, contribuiu ativamente para as ações do Directório Democrata-Social.

4. Cunha Leal: Político e jornalista, Cunha Leal foi um dos opositores mais veementes do Estado Novo. Anteriormente, tinha sido uma figura destacada na Primeira República Portuguesa, e no período do Estado Novo continuou a sua luta pela democracia.
5. Moreira de Campos: Além da sua atuação como advogado, foi também um escritor prolífico, contribuindo com artigos e ensaios para várias publicações oposicionistas. Através das suas palavras, procurou sensibilizar a opinião pública para a necessidade de uma transição para a democracia e o respeito pelos direitos humanos. A sua participação no Directório Democrata-Social foi marcada pelo esforço em unir diferentes correntes políticas em torno do objetivo comum de derrubar a ditadura e instaurar um regime democrático em Portugal. A sua dedicação à causa democrática fez dele uma figura respeitada entre os seus pares e um exemplo de resistência pacífica e intelectual contra a opressão do Estado Novo.

4. Metodologia

A metodologia adotada para a presente investigação foi cuidadosamente delineada, consistindo numa análise exaustiva e rigorosa das fontes e dos estudos complementares que se mostrassem capazes de responder de forma eficaz aos objetivos previamente delineados. Neste contexto, os jornais *República*, *Diário de Lisboa* e *Novidades* foram selecionados e assumidos como fontes principais de informação, dada a sua relevância e representatividade no período em questão. Desse corpus, foram selecionadas e escrutinadas aproximadamente 83 edições dos jornais, publicadas entre os meses de maio e junho de 1958. Posteriormente, procedeu-se a uma análise tanto qualitativa quanto quantitativa dessas publicações.

A abordagem metodológica incluiu uma investigação meticulosa das edições dos referidos jornais, abrangendo de forma integral o período da campanha eleitoral. Esta seleção criteriosa teve por base a necessidade de obter uma visão abrangente e detalhada do contexto mediático e político da época, permitindo uma análise aprofundada dos conteúdos publicados, das tendências editoriais e das intervenções censórias.

Foi empreendida uma investigação pormenorizada e rigorosa das edições selecionadas, adotando uma abordagem interpretativa que permitisse revelar o substrato ideológico subjacente às narrativas jornalísticas. Simultaneamente, a análise quantitativa envolveu a sistematização de dados estatísticos relativos à frequência e à ênfase dos conteúdos publicados, oferecendo uma visão abrangente sobre o envolvimento dos periódicos no processo eleitoral.

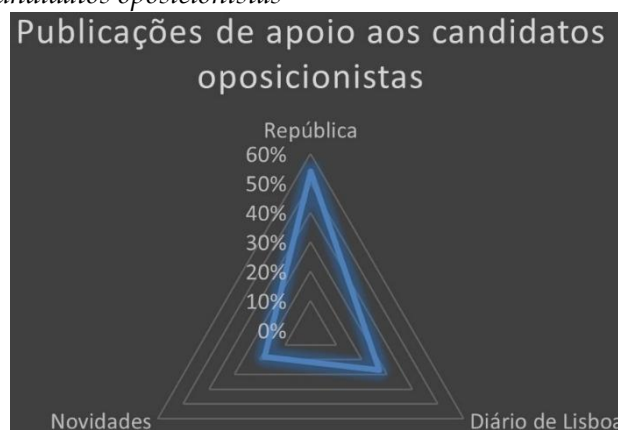
Assim, este estudo pretende lançar luz sobre o papel crucial desempenhado por alguma imprensa durante um período tão conturbado da história política portuguesa, oferecendo uma perspectiva inovadora e rigorosa sobre a interseção entre media e poder político no contexto do Estado Novo.

5. Resultados

Num exame minucioso e quantitativo das publicações de apoio veiculadas por meio de entrevistas ou artigos de opinião, remetidos diretamente aos três periódicos sob análise: *Diário de Lisboa*, *República* e *Novidades*, foi realizado um escrutínio de aproximadamente 83 publicações no decorrer do período de campanha eleitoral, compreendido entre 8 de maio e 8 de junho de 1958.

Figura 1.

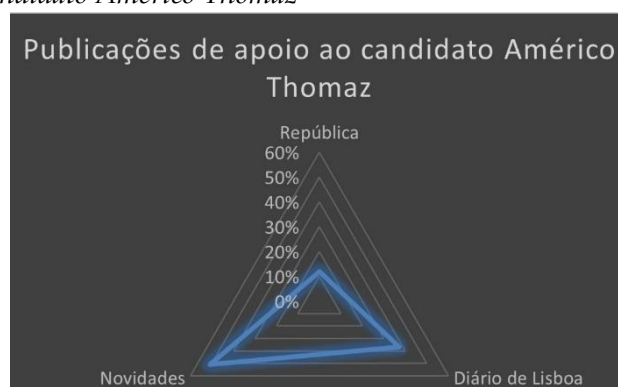
Publicações de apoio aos candidatos oposicionistas



Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 2.

Publicações de apoio ao candidato Américo Thomaz



Fonte: Elaboração própria (2024).

Constatou-se que o volume de publicações nos jornais mencionados contemplava tanto o apoio aos candidatos oposicionistas, Arlindo Vicente e Humberto Delgado, quanto ao candidato oficial da União Nacional, Américo Thomaz. Conforme ilustrado na figura 1, a percentagem de publicações favoráveis aos candidatos oposicionistas atingiu o patamar mais elevado no jornal *República*, com 54%, enquanto o *Diário de Lisboa* e o *Novidades* registaram 27% e 18%, respetivamente.

Por outro lado, ao analisar os textos de apoio ao candidato Américo Thomaz, que incluíam comunicados da União Nacional frequentemente assinados por ministros, assim como artigos de opinião e entrevistas enviadas por apoiantes aos jornais, observou-se uma distribuição diferenciada entre os periódicos em estudo. Segundo a figura 2, o jornal *Novidades* destacou-se por ser o mais prolífico em publicações de apoio ao candidato Américo Thomaz, com cerca de 51%, contrariando a tendência evidenciada na figura 1. Subsequentemente, o *Diário de Lisboa* e o *República* apresentaram valores de 37% e 12%, respetivamente.

Esta análise revela não apenas as dinâmicas de apoio político expressas através da imprensa durante o período eleitoral de 1958, mas também destaca as preferências editoriais e a influência das publicações na formação da opinião pública, evidenciando a complexidade e a diversidade das vozes políticas naquele contexto histórico.

Os dados apresentados nos gráficos corroboram integralmente as hipóteses formuladas na fase inicial da investigação, mostrando-se, desta forma, em perfeita consonância com os objetivos delineados e as premissas postuladas desde o início do estudo. Esta congruência entre os resultados obtidos e as suposições teóricas previamente estabelecidas fortalece a validade das proposições originais, evidenciando a robustez metodológica do processo investigativo.

6. Discussão

Os resultados apresentados nesta investigação corroboram de maneira robusta as suposições teóricas previamente estabelecidas, confirmando assim a validade das premissas iniciais. Em primeiro lugar, a análise dos três periódicos em questão: *República*, *Diário de Lisboa* e *Novidades*, revela uma disparidade significativa no tratamento dispensado pelos censores, os quais se dedicavam a analisar e a cortar parcial ou integralmente os textos submetidos à sua avaliação.

Observa-se que o jornal *Novidades* foi o único dentre os analisados que, durante o período de campanha eleitoral, não exibiu em suas páginas a marca distintiva da Censura, uma realidade contrastante com a situação verificada no *República* e no *Diário de Lisboa*, onde a intervenção censória foi uma constante.

Os jornais *República* e *Diário de Lisboa*, desfrutando de uma certa margem de liberdade de imprensa, utilizaram essa latitude para realizar uma verdadeira "campanha" eleitoral em prol dos candidatos oposicionistas, com destaque particular para o apoio ao General Humberto Delgado. No que diz respeito aos comunicados emitidos pelos membros do governo e da Assembleia Nacional, alguns não foram publicados e outros receberam escassa atenção, sendo relegados para páginas secundárias do *República*.

Em contrapartida, muitos textos de apoio aos oposicionistas obtiveram grande destaque nas campanhas eleitorais, apresentando títulos bastante apelativos e, por vezes, sendo destacados na capa do *República*, tais como: "As duas candidaturas anti-governamentais não acarretam nenhum inconveniente, pois podem completar-se"; "Também são portuguesas e das melhores as senhoras que estão em discordância com o Estado Novo"; "Os escritores liberais não escondem a sua profunda aversão ao regime, considerando-o anti-cristão e anti-humano"; "As razões do apoio do Partido Republicano Português à candidatura do General Humberto Delgado"; "No Estado Novo perdeu-se o respeito pelo homem, afirmou o Sr. Dr. José Rodrigues numa corajosa entrevista ao nosso jornal"; "O General Humberto Delgado despertou o abatido coração da pátria – declarou-nos o Dr. Luís de Almeida Braga, distinto advogado, escritor e político de reconhecidas convicções monárquicas"; "Uma voz autorizada. O eminente Prof. Dr. Barbosa de Magalhães critica alguns aspetos da política do Estado Novo e relembra aos esquecidos a obra da 1.^a República".

A postura editorial do *República* evidenciou-se pelo apoio sistemático do Partido Republicano e do Directório Democrato-Social, cujas personalidades aproveitavam o espaço no jornal para criticar veementemente o Estado Novo e, em particular, António de Oliveira Salazar, enquanto manifestavam apoio enfático aos candidatos oposicionistas.

Este panorama de oposição militante e de crítica incisiva ao regime vigente ilustra a complexa interação entre a imprensa e a política durante o período em análise, destacando a importância da liberdade de expressão e da resistência democrática em contextos de censura e autoritarismo.

7. Conclusão

O processo eleitoral ocorrido no dia 8 de junho de 1958 em Portugal distinguiu-se profundamente de todos os processos eleitorais presidenciais precedentes, particularmente pela determinação do candidato oposicionista em manter a sua candidatura até ao fim, contrastando com a desistência habitual dos seus antecessores. Um aspeto de considerável relevância é que, após este pleito, o Presidente da República durante o Estado Novo passou a ser eleito por um colégio eleitoral composto por cerca de 600 membros, mitigando assim a possibilidade de escolha direta por parte do povo quanto ao Presidente eleito.

O General Humberto Delgado ameaçou abalar os alicerces do regime político vigente e causou apreensão ao Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, em eleições marcadas por um substancial apoio popular, visível nas manifestações de rua a favor do "General sem Medo". Este ambiente eleitoral desenrolou-se, nalguns casos, sob uma asfixiante falta de liberdade de imprensa, com a censura a direcionar-se de forma implacável contra alguns jornais que manifestavam apoio aos candidatos oposicionistas, Arlindo Vicente e Humberto Delgado. Apesar disso, a imprensa desfrutou de exígua liberdade para publicar textos sobre as eleições presidenciais, embora muitos destes fossem parcial ou totalmente censurados.

Para esta investigação, foram examinadas todas as edições dos três jornais em estudo: *República*, *Diário de Lisboa* e *Novidades*, no período compreendido entre 8 de maio e 8 de junho de 1958. O jornal *República* destacou-se como o mais fervoroso opositor ao Estado Novo, apoiando de forma inequívoca a oposição, especialmente Humberto Delgado, dedicando numerosas páginas, inclusive na capa, ao processo eleitoral. Esta postura desafiadora fez do *República* o alvo preferencial da censura. De modo semelhante, o *Diário de Lisboa* alinou-se com a oposição, embora sem a mesma intensidade.

O jornal *Novidades*, enquanto órgão oficial da Igreja Católica, não foi alvo da censura, como se evidencia pela ausência de chancela dos censores nas suas páginas. A Igreja Católica, apesar de algumas críticas internas ao regime, manteve o seu apoio ao Estado Novo. Neste emaranhado de textos, muitos apoiantes da oposição utilizaram a imprensa para manifestar apoio aos candidatos oposicionistas e criticar o Estado Novo, através de artigos de opinião e entrevistas. A maioria destes apoiantes eram indivíduos letrados, intelectuais e possuidores de qualificações académicas de elevado prestígio, num país com elevadas taxas de analfabetismo.

Por outro lado, a União Nacional contra-atacava através da imprensa com comunicados criticando a oposição e enaltecendo o trabalho desenvolvido pelo Estado Novo desde a sua fundação até 1958. Frequentemente, estes comunicados eram redigidos por ministros e altas figuras do regime, que exaltavam António de Oliveira Salazar.

Esta publicação permite compreender o papel desempenhado pela imprensa escrita analisada, especialmente o seu posicionamento político, bem como a importância dos textos de apoio aos vários candidatos redigidos pelos seus apoiantes.

Em síntese, esta investigação abre caminho para futuros estudos, alargando a análise a outros periódicos de âmbito nacional, aprofundando assim o conhecimento sobre o papel da imprensa e dos apoiantes no contexto político da época.

8. Referências

- Alexandra, N. (1998). *As Eleições de 1958 e a Imprensa Portuguesa. Colectânea de documentos censurados* (1.^a ed.). Câmara Municipal de Lisboa/Biblioteca-Museu República e Resistência.
- Alves, J. F. (1998). *O furacão Delgado e a ressaca eleitoral de 1958 no Porto*. CLC-FLUP.
- Campos, S. (2023). *A Verdade da Mentira - As eleições presidenciais de 1958*. 5 livros.
- Cruz, M. A. (2010). *Eleições e Sistemas Eleitorais: Perspectivas Históricas Comparadas*. Universidade do Porto.
- Cunha, A. (2018). *Humberto Delgado no Portugal de Salazar. Afrontamento*.
- Cunha, A. P. (2014). *Humberto Delgado - nos Bastidores de uma Campanha*. Afrontamento.
- Delgado, I. (2015). *Meu Pai, o General Sem Medo*. Caminho.
- Delgado, I., & Figueiredo, A. (1991). *Memórias de Humberto Delgado*. Dom Quixote.
- Delgado, I., Pacheco, C., & Faria, T. (Coords.) (1998). *Humberto Delgado as eleições de 58*. Vega.
- Dimas, V. (1977). *Humberto Delgado – O homem e três épocas*. Jornal Expresso.
- Duarte, C. (Ed.). (maio/junho de 1958). *República* (n.ºs 9831-9862).
- Ferreira, A. S. (2019). O sistema eleitoral no Estado Novo: o papel do Presidente da República na estabilidade ou na ruptura do regime criado pela Constituição de 1933. *História: Revista Da Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto*, IX, 62-86. https://doi.org/10.21747/0871164X/hist9_2a4
- Freire, A. (2011). *Eleições e sistemas eleitorais no século xx português: uma perspectiva histórica e comparativa / x curso livre de história contemporânea*. Colibri.
- Gonçalves, A. A. (Ed.). (maio/junho de 1958). *Novidades* (20.622-20.653).
- Lemos, M. M. (2020). *Jornais diários portugueses do século XX Um dicionário*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Lopes, N. (Ed.). (maio/junho de 1958). *Diário de Lisboa* (n.ºs 12.721 - 12.752).
- Mattoso, J. (1993). *História de Portugal* (Vol. Quinto Volume). Circulo de Leitores e Autores.
- Medina, J. (2004). *História de Portugal* (Vol. IV). Ediclube.
- Múrias, M. B. (s.d). *Obviamente demito-o*. Múrias.

- Pinheiro, A. S., & Namorado, M. (1998). *Legislação Eleitoral Portuguesa. Textos Históricos (1820-1974) Tomo II* (1.^a ed.). Comissão Nacional de Eleições.
- Raimundo, O. (2017). *O último salazarista - a outra face de Américo Thomaz* (1.^a ed.). D.Quixote.
- Robledo, M. R., & Novais, J. A. (1974). *Humberto Delgado - assassinato de um herói*. Robledo e Novais.
- Rosa, F. D. (2015). *Humberto Delgado: Biografia do General Sem Medo*. Esfera dos Livros.
- Rosas, F. (1994). *História de Portugal* (Vol. VII). Círculo de Leitores.
- Santos, M. D. (2006). *Arlindo Vicente e o Estado Novo*. Universidade de Coimbra.
- Santos, M. D. (2009). *Arlindo Vicente e a oposição: as eleições presidenciais de 1958*. Câmara Municipal de Oliveira do Barro.
- Torgal, L. R., & Lemos, M. M. (2012). *Oposição e Eleições no Estado Novo*. Assembleia da República.
- Ventura, A. (2003). *José Régio e a Política*. Livros Horizonte.
- Vicente, A. P. (1995). Arlindo Vicente. O homem e o político. *Revista de História das Ideias*, XVII.

CONTRIBUIÇÕES DE AUTORES/AS, FINANCIAMENTO E AGRADECIMENTOS

Financiamento: Esta investigação recebeu o financiamento externo do Centro de Investigação do Instituto Politécnico de Portalegre – CARE - Research Center on Health and Social Sciences

AUTOR:

Sérgio Luís Campos Mocito

Instituto Politécnico de Portalegre, Portugal.

Sérgio Campos concluiu o doutoramento em História (Património) pela Universidade de Cáceres, Espanha, em 2018. É professor adjunto convidado no Instituto Politécnico de Portalegre e membro integrado do Centro de Investigação CARE. Colabora com o Centro de Investigação CEIS20 da Universidade de Coimbra. É autor de várias obras, incluindo livros, capítulos de livros e artigos científicos indexados na SCOPUS. Entre as suas publicações destacam-se *A Verdade da Mentira* (2023), *Entre Escolhas e Caminhos* (2022) e *Em Memória dos Cidadãos Eleitos no Alto Alentejo* (2020). Organizou e participou como orador em palestras de âmbito nacional e internacional. É membro do Conselho Científico do Instituto para o Desenvolvimento, Cultura e Ciência (IDECI) e revisor de artigos científicos em revistas indexadas na SCOPUS.

scampos@ippportalegre.pt

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-6173-0889>

Ciência ID: <https://www.cienciavitaet.pt/portal/A41E-B0CC-40BA>

Scopus Author ID: <https://www.scopus.com/authid/detail.uri?authorId=57280826100>